

## Uma visão sociolinguística do objeto direto anafórico: o condicionamento da variável escolaridade

### A sociolinguistic view of the anaphoric direct object the contribution of the variable schooling

Claudia Norete Novais LUZ<sup>1</sup>

Norma da Silva LOPES<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo objetiva analisar o uso variável de um fenômeno do português falado, a *retomada anafórica do objeto direto de terceira pessoa*, com base na Teoria Variacionista (ou Sociolinguística Quantitativa). São quatro as estratégias possíveis de retomada anafórica do objeto direto: a) o clítico acusativo; b) o pronome lexical; c) o objeto nulo ou categoria vazia; d) o sintagma nominal anafórico. O *corpus* utilizado para o desenvolvimento da pesquisa é constituído de dados reais de fala de quarenta e oito informantes soteropolitanos extraídos de entrevistas do banco de dados do Programa de Estudos sobre Português Falado em Salvador (PEPP) e de dezoito informantes do Projeto Norma Urbana Culta de Salvador (NURC/SSA), sendo analisados os três níveis de escolaridade dos informantes (fundamental, médio e superior). Definiu-se como objetivo entender o efeito da escolarização na escolha da variante pelos entrevistados. Com a análise dos dados, percebeu-se que os pronomes lexicais, mesmo sendo estigmatizados socialmente, assim como o sintagma nominal anafórico, são mais usados que os clíticos recomendados pela tradição gramatical. Já o objeto nulo parece ser preferência na retomada anafórica dos informantes investigados, demonstrando que essa variante não é combatida pela escola.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fala de Salvador. Objeto direto anafórico. Sociolinguística. Escolaridade.

**ABSTRACT:** This article analyzes the variable use of a spoken language portuguese phenomenon, the anaphoric resumption of the third person direct object, based on the Variationist Theory (or Quantitative Sociolinguistics). There are four possible strategies for anaphoric recovery of the direct object: a) the accusative clitic; b) the lexical pronoun; c) the null object or empty category; d) the anaphoric noun phrase. For the development of the research, the corpus used comes from real speech data of forty-eight Soteropolitan informants extracted from interviews from the database - Programa de Estudos sobre Português Falado em Salvador (PEPP) and from eighteen informants from the Projeto Norma Urbana Culta (NURC), being analyzed the three levels of schooling (elementary, middle and higher) of the informants. The objective was defined as understanding the effect of schooling on the choice of variant among the interviewees. With the analysis of the data, it was noticed that the clitics are increasingly suffering in Brazilian Portuguese, the lexical pronouns, even being socially stigmatized, and the anaphoric noun phrase are more used than the clitics recommended by the grammatical tradition. The null object, on the other hand, demonstrates a preference in the anaphoric resumption of the investigated informants, demonstrating that this variant is not fought by the school.

**KEYWORDS:** Salvador's speak. Anaphoric direct object. Sociolinguistics. Schooling.

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador-BA/BR Brasil; email: claudianorete@gmail.com. ORCID: 0000-0002-4817-8751.

<sup>2</sup> Doutora em Letras pela UFBA, Profa. Permanente do PPGEL/UNEB, Salvador-BA/BR; email: nlopes58@gmail.com. ORCID: 0000-0002-3033-1770.

## Introdução

As línguas mudam com o passar do tempo e tais mudanças nunca estacionam. Esse caráter mutável da língua ocorre no português brasileiro (PB), de acordo com Alkmin (2001, p. 32), que diz que, “ao estudar qualquer comunidade linguística, a constatação mais imediata é a existência de diversidade ou da variação. Isto é, toda comunidade se caracteriza pelo emprego de diferentes modos de falar”. Existe, no entanto, uma ideia equivocada de que a língua portuguesa não deva ser suscetível ao fenômeno da variação linguística e que a língua de prestígio seja uma entidade invariável, inerte. Tal crença leva uma boa parcela da população brasileira a supor que não sabe falar a língua portuguesa, e essa crença tem como alicerce a premissa de que saber falar a sua língua materna significa dominar a norma engessada, que está associada, principalmente, à normatividade da gramática tradicional, que nos remete à língua escrita, especialmente a dos clássicos, vista sempre como a “mais pura” e, também, a “mais correta”.

O presente texto<sup>3</sup> está pautado na Sociolinguística Variacionista de linha laboviana e tem como objeto de estudo a retomada anafórica do objeto direto de terceira pessoa na fala de Salvador. Para desenvolver este estudo, foram utilizadas sessenta e seis entrevistas de soteropolitanos extraídas, do banco de dados do Programa de Estudos sobre Português Falado em Salvador (PEPP) e do Projeto Norma Urbana Culta NURC de Salvador. A amostra constituiu-se de número igual de homens e mulheres de quatro faixas etárias diferentes e de três níveis de escolaridade (Fundamental, Médio e Superior). Postulam-se como hipóteses norteadoras dessa pesquisa que os indivíduos mais escolarizados tendem a utilizar o clítico acusativo (CL) em detrimento das outras alternativas, enquanto os menos escolarizados tendem a fazer o caminho inverso, ou seja, empregam o pronome lexical (PL), o sintagma nominal anafórico (SNa) ou o objeto nulo (OBN) em detrimento da variante padrão, o clítico acusativo.

Na coleta dos dados da pesquisa realizada, foram selecionadas e computadas ocorrências de objeto direto correferencial com um SN mencionado no discurso como nos exemplos de 1 a 4:

(1) ...ela tirou dez, por isso que eu estou dizendo, e quem veio, vem, veio argui-*la* foi uma arquiteta da USP de São Paulo (NURC; Inq. 013/R, ls. 395, 396; M4s)<sup>4</sup>.

(2) ...mas você tem um Deus aí que você vai ter que respeitar  $\emptyset$ ... (PEPP; Inq. 23; l. 183; M1m).

(3) ...dava uns conselhos a ele pra ele sair dessa vida de droga e ele não saiu, Deus levou *ele*, está até hoje a gente sentindo muita falta dele. (PEPP; Inq. 18, ls. 182, 183; H0f).

(4) ...eu queria vim pra aqui já comprando uma casa, quando eu fui pro corretor, eu fui pra comprar *a casa*... (PEPP; Inq. 25; ls. 644, 645; M4m).

A tradição gramatical atesta que há apenas uma forma linguística de objeto direto correferencial com um SN mencionado no discurso, expressa em (1), com o clítico acusativo: ...ela tirou dez, por isso que eu estou dizendo, e quem veio, vem, veio argui-*la*

<sup>3</sup> Este artigo apresenta parte da análise de Luz (2009).

<sup>4</sup> Na apresentação de exemplos dos dados trabalhados do NURC e do PEPP, a abreviatura *Inq* é referente à *inquérito* e *l* é referente à *linha* em que se encontra a ocorrência na transcrição da entrevista; M e H são referentes ao sexo do informante: mulher e homem; os números 1, 2, 3 e 4 correspondem as faixas etárias analisadas neste texto; f, m, s são relativas ao nível de escolaridade do informante: fundamental, médio e superior.

foi uma arquiteta da USP de São Paulo. Observa-se, porém, que os falantes do português brasileiro estão dispondo de estratégias alternativas para a referência anafórica do objeto direto de terceira pessoa, como em (2), com o apagamento do objeto: ...mas você tem um Deus aí que você vai ter que respeitar  $\emptyset$ ; ou a substituição do referente pelo pronome lexical (3): ...dava uns conselhos a ele pra ele sair dessa vida de droga e ele não saiu, Deus levou *ele*, está até hoje a gente sentindo muita falta dele; ou ainda a repetição do sintagma nominal anafórico (4): eu queria vim pra aqui já comprando uma casa, quando eu fui pro corretor, eu fui pra comprar *a casa...*, em detrimento do emprego da construção com clíticos acusativos, sinalizada pela norma padrão.

A retomada anafórica do objeto direto de terceira pessoa tem sido analisada de forma distinta no campo das gramáticas tradicionais e no âmbito dos estudos sociolinguísticos, visto que, enquanto os primeiros procuram prescrever as regras que norteiam apenas uma possibilidade de uso do objeto direto anafórico, os sociolinguistas têm analisado o referido fenômeno linguístico variável, buscando entender as razões das escolhas dos falantes.

Os resultados de diversas pesquisas pautadas na sociolinguística laboviana, tais como o de Duarte (1989) e Malvar (1992), apontam que o hiato que vem ocorrendo entre a norma padrão orientada pela Gramática Tradicional e o português falado no Brasil tem sido cada vez mais considerável. Para compor o cenário de seu trabalho, Duarte estudou a fala paulistana e Malvar analisou os dados coletados em Brasília e Goiânia, provenientes de falantes urbanos e rurais. As duas pesquisas, além de considerar as mesmas estratégias, avaliaram o efeito da escolaridade, dentre outras, na escolha da variante pelos falantes.

Para tratar do objeto direto anafórico de terceira pessoa na fala de Salvador, organizou-se este artigo em duas seções, além desta, de caráter introdutório. A seção 1 dedica-se a explicitar o aporte teórico-metodológico que norteou a pesquisa, procurando fazer uma breve exposição sobre a Sociolinguística Variacionista; e, depois, concentra-se na metodologia à luz da Teoria da Variação, esclarecendo os passos seguidos no empreendimento do artigo. Na seção 02, intitulada Análise dos dados, apresentam-se os resultados da análise variacionista do fator social escolaridade em Salvador. Nas *Considerações Finais*, tecem-se comentários acerca dos dados obtidos no tocante ao fenômeno variável aqui focalizado. Por fim, as Referências.

## Bases da Teoria Sociolinguística Laboviana

Pode-se assegurar que o maior mérito sinalizado pela Sociolinguística Laboviana, além de agregar língua e sociedade como princípio básico para suas pesquisas, é acatar as variações e as mudanças, analisando, sistematizando as variantes linguísticas adotadas por uma mesma comunidade de fala, de acordo com a visão de Weinreich, Labov e Herzog (2009).

A avaliação social das variantes linguísticas é um fato notável em qualquer comunidade de fala. Tradicionalmente, o “melhor” modo de falar e as regras do “bom” uso correspondem aos hábitos linguísticos dos grupos socialmente dominantes e, notoriamente, nas sociedades de tradição ocidental, as variedades cultas estão associadas, historicamente, às variedades faladas pelas classes sociais altas. Em todas as comunidades, há variedades que são consideradas superiores e outras inferiores. Em outras palavras,

como aponta Gnerre (1985), a linguagem é um arame farpado mais potente para embargar, para dificultar o acesso ao poder.

Toda comunidade linguística se diferencia pelas distintas maneiras de falar. A Sociolinguística nomeia esses diferentes modos de falar como variedades linguísticas. Qualquer língua, falada por qualquer comunidade, apresenta frequentes variações. Pode-se asseverar que nenhuma língua se apresenta como uma unidade, totalmente homogênea. Alkmim (2001) ressalta que uma comunidade de fala não se forma com indivíduos que falam da mesma maneira, todavia constitui-se por pessoas que se relacionam, através de redes comunicativas distintas, e que norteiam o seu comportamento verbal por um mesmo conjunto de regras. Segundo Labov, “uma comunidade de fala não pode ser concebida como um grupo de falantes em que todos usam as mesmas formas; ela é mais bem definida como um grupo que compartilha as mesmas normas a respeito da língua” (2008, p. 188).

A Sociolinguística Variacionista analisa a produção linguística dos falantes tendo em vista conjuntos de fatores estruturais e, também, as interferências de fatores sociais na variação da fala, entendendo que essa variação não é arbitrária, mas sistemática e regular. Para tanto, calcula-se qual a influência que tem cada grupo de fator, interno ou externo ao sistema linguístico, na realização de uma ou de outra variante. Chagas (2003, p. 153) aponta que

Os fatores linguísticos [internos ou estruturais] se relacionam à forma como a língua está organizada, como funciona o seu sistema, quais são seus elementos, suas regras, etc. Os fatores extralinguísticos [externos] relacionam-se à forma como a língua está inserida na sociedade.

Com base nos aportes da teoria variacionista, ao analisar a língua como heterogênea, porém completamente sistematizável, observa-se que ela tem um dinamismo inerente, que promove o surgimento de diversas formas linguísticas cujo valor semântico não se altera (as variantes linguísticas). Tarallo (1986, p. 8) pontua que variantes linguísticas são “diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade”. Assim, o conjunto de variantes linguísticas é chamado de variável dependente. Uma variável é concebida como dependente no sentido de que a utilização das variantes não se deve ao acaso, é influenciada por grupo de fatores (ou variáveis independentes) de natureza social ou estrutural. Compreende-se por variáveis independentes aquelas de natureza linguística (estrutural ou interna) ou extralinguística: diatópica (região), diastrática (estratificação social - profissão, gênero, sexo, escolaridade, idade, etc.) e estilística (formal e informal), que o pesquisador considera como possível condicionador da escolha da variante.

Em síntese, pode-se assinalar que a variável dependente é o fenômeno a ser estudado e neste artigo essa variável é o objeto direto de terceira pessoa e as variantes são as formas linguísticas que estão “competindo” na representação desse fenômeno linguístico: o clítico (CL), o pronome lexical (PL), o objeto nulo (OBN) e o sintagma nominal anafórico (SNa).

Na perspectiva da Sociolinguística, no ato de interagir verbalmente, um indivíduo usa a variedade linguística concernente a sua região, classe social, idade, escolaridade,

sexo, e, também, segundo a situação em que se encontrar, de formalidade ou de informalidade. Os condicionadores da variação linguística são diversos. A Sociolinguística Variacionista procura identificar os favorecedores da escolha de uma variante em detrimento das demais, que podem ser sociais ou estruturais (linguísticas). Neste texto, busca-se avaliar o efeito da escolaridade na escolha da variante.

No decorrer dos últimos anos, a Sociolinguística Laboviana vem encontrando ampla aplicação no estudo de fenômenos variáveis no português brasileiro. Votre (2003, p. 51) afirma que “a escola gera mudanças na fala e na escrita das pessoas que a frequentam e das comunidades discursivas”. Isto é, a escola milita como preservadora de formas de prestígio, face às tendências de mudanças em curso nessas comunidades.

Silva e Paiva (1998) apontam três inclinações básicas para o efeito da escolarização em relação à substituição da forma não padrão por uma forma padrão: a) os falantes entram na escola oscilando entre o uso da variante padrão e não padrão, mas a escola “poda” a variante não-padrão; b) ou eles não conhecem a variante padrão, e esta é adquirida na escola, que passa a concorrer com a variante não padrão; enquanto no 1º ano escolar há mais indivíduos que tendem a usar a variante não padrão, nos últimos anos escolares tendem a usar as duas variantes; c) ou os falantes entram na escola apenas com a variante não-padrão e a substituem pela variante considerada padrão.

Vale ressaltar que é de muita importância que, na esfera escolar, seja cada vez mais ampliada a noção de que os conhecimentos centrados na gramática de uma língua envolvem o estudo de seu sistema linguístico, de seus usos, de seu contexto e de seus falantes. Além disso, é necessária uma política de formação de professores, planejada desde sua fase inicial até a formação continuada, que vise a auxiliar as práticas de ensino de Língua Portuguesa numa visão plural do conhecimento científico.

As pesquisas linguísticas contemporâneas tendem alcançar objetivos que fujam da artificialidade do ensino da língua materna, inserindo aspectos pautados na relação entre interlocutores e o contexto linguístico. Tais visões contrariam a tradição gramatical, bastante frequente no âmbito escolar, validada na pedagogia adotada pelos professores e endossada pelos livros didáticos que pouco retratam a língua em uso. Sem desmerecer *a priori* os objetivos e as especificidades da escola, que tem como bússola a norma padrão, acredita-se que é viável um trabalho com a língua materna que seja pautado na variação, no interlocutor, no gênero e no contexto de realização.

## Metodologia

Para desenvolver este estudo, utilizam-se os *corpora* dos projetos Programa de Estudos sobre o Português Popular Falado em Salvador, o PEPP (LOPES; SOUZA; SOUZA, 2009), e o Projeto Norma Urbana Culta de Salvador, o NURC (MOTA; ROLLEMBERG, 1994).

O Projeto NURC visa a proceder à descrição dos padrões reais de uso na comunicação oral pelo extrato social composto por indivíduos de escolaridade superior. O referido projeto é utilizado por pesquisadores da área de Letras de todo Brasil, foi implantado, neste país, a partir de 1969 em cinco capitais: Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Porto Alegre. Os informantes preenchem os requisitos de serem

nascidos na cidade objeto de estudo ou nela terem residido pelo menos a partir dos cinco anos de idade, terem passado nessa cidade um terço de sua vida e serem filhos de falantes nativos da cidade. As entrevistas gravadas são do tipo Elocuções Formais (EF), Diálogo entre informante e documentador (DID) e Diálogo entre dois informantes (D2). Os inquéritos do NURC utilizados nesta pesquisa foram do tipo DID (diálogo entre informante e documentador), que foram gravados na década de 90, cuja transcrição já tinha sido realizada.

Para a composição da seleção dos informantes do PEPP, procurou-se percorrer os caminhos adotados pelo projeto NURC, a fim de tornar as amostras o mais intercomparáveis possível, uma vez que a intenção para a sua constituição era justamente acrescentar dois níveis de escolaridade aos estudos da língua falada de Salvador. Assim, a condição básica para compor o cenário do PEPP foi que os informantes selecionados fossem naturais de Salvador e, além disso, que tivessem permanecido nesta cidade a maior parte de suas vidas e, ainda, que seus pais fossem de Salvador ou que tivessem vindo para esta cidade ainda muito pequenos. A escolha do local das gravações procurou atender sempre as condições de cada situação. Para a recolha do material do PEPP, buscou-se uma situação o mais próxima possível da coloquial e, embora os informantes soubessem que estavam sendo gravados, nenhum sabia que a entrevista teria como cunho estudos linguísticos, pois a divulgação do objetivo real do trabalho, estudo da fala, com certeza, comprometeria o tom de informalidade que se queria adotar.

Outrossim, não houve perguntas que objetivassem estudar um fenômeno linguístico específico, contudo todos os inquéritos versaram sobre um tema, os do PEPP centraram-se no assunto a educação do passado em oposição à educação dos nossos dias; os do NURC versaram sobre os seguintes temas: vestuário, terreno, cidade, profissões. O procedimento de obediência a um tema é de grande relevância para o pesquisador sociolinguista, pois possibilita que o informante preste pouca atenção ao como se diz, segundo Tarallo (1986).

Para a análise do fenômeno nos dados do PEPP e do NURC, fez-se o levantamento de todas as ocorrências de anáfora do objeto direto em estudo, nas quatro variantes já apresentadas:

- (1) ...ela tirou dez, por isso que eu estou dizendo, e quem veio, vem, veio argui-*la* foi uma arquiteta da USP de São Paulo (NURC; Inq. 013/R, ls. 395, 396; M4s).
- (2) ...mas você tem um Deus aí que você vai ter que respeitar  $\emptyset$  ... (PEPP; Inq. 23; l. 183; M1m).
- (3) ...dava uns conselhos a ele pra ele sair dessa vida de droga e ele não saiu, Deus levou *e/le*, está até hoje a gente sentindo muita falta dele (PEPP; Inq. 18, ls. 182, 183; H0f).
- (4) ...eu queria vim pra aqui já comprando uma casa, quando eu fui pro corretor, eu fui pra comprar *a casa*... (PEPP; Inq. 25; ls. 644, 645; M4m).

Foram identificados, nessa fase de levantamento de dados, todos os registros de anáfora do objeto direto nos *corpora* observados. Após essa etapa, fez-se a codificação de dados, com os fatores das variáveis linguísticas e sociais consideradas. Para este artigo apenas a escolaridade foi analisada, o que inclui três fatores:

- Escolaridade Fundamental I (até 5 anos de exposição à escola)
- Escolaridade Média Completa (com 11 anos de exposição à escola)
- Escolaridade Superior (com curso universitário completo)

A variável escolaridade, neste estudo, foi analisada, partindo da pressuposição de que os indivíduos mais escolarizados utilizam mais o clítico acusativo em detrimento das outras variantes; enquanto os menos escolarizados optam pelo pronome lexical, o SN anafórico e o objeto nulo, em detrimento da forma padrão. Os dados foram analisados estatisticamente pelo programa GoldVarbX, que informa percentuais das variantes e pesos relativos do objeto nulo (em contraposição ao pronome lexical).

A seguir, apresentam-se os resultados obtidos, com as tabelas e gráficos para melhor compreensão dos dados analisados e a análise de regras variáveis realizada sobre o efeito da escolaridade na escolha da expressão da retomada anafórica do objeto direto de terceira pessoa em Salvador.

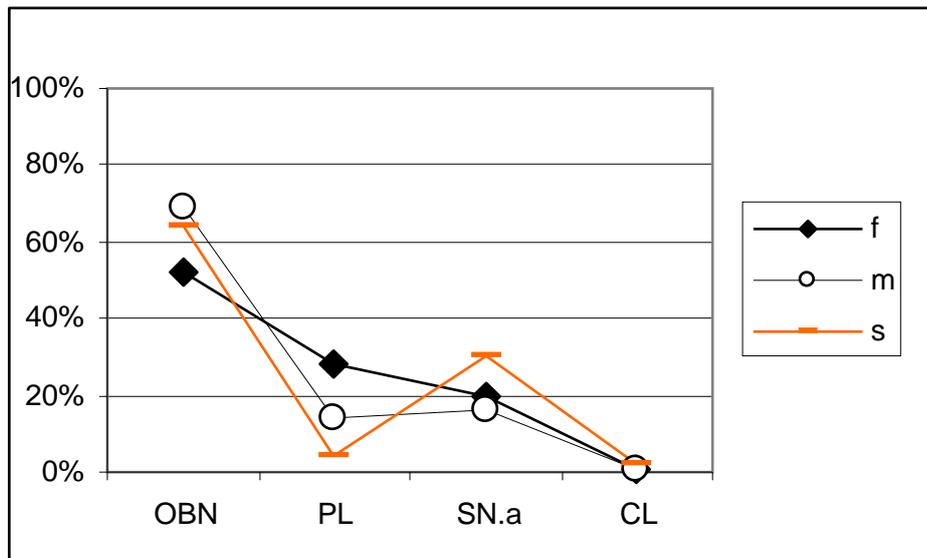
## Análise dos dados

A análise geral dos dados levantou 2002 registros de anáfora do objeto direto nos *corpora* do PEPP e do NURC observados, 778 de escolaridade Fundamental, 640 de escolaridade Média (dados do PEPP) e 584 de escolaridade Superior, todos retirados de entrevistas gravadas entre 1998 e 2000. Na Tabela 01 e Gráfico 01, apresentam-se percentuais de uso e número de ocorrências segundo o nível de escolaridade dos informantes de cada uma das quatro variantes Objeto nulo (OBN), Pronome lexical (PL), Sintagma nominal anafórico (SNa), Clítico (CL).

**Tabela 1:** Escolaridade do informante na realização estratégica do objeto direto anafórico na fala dos soteropolitanos - Dados e Frequências de uso

VARIANTES	FUNDAMENTAL (f)	MÉDIO (m)	SUPERIOR (s)
Objeto nulo (OBN)	404/778 51%	443/640 69%	371/584 64%
Pronome lexical (PL)	214/778 28%	91/640 14%	25/584 4%
Sintagma nominal anafórico (SNa)	154/778 20%	101/640 16%	178/584 30%
Clítico (CL)	06/778 1%	05/640 1%	10/584 2%

Fonte: Luz (2009, p. 99, adaptado).

**Gráfico 1:** Escolaridade do informante na realização estratégica do objeto direto anafórico na fala dos soteropolitanos

Fonte: Luz (2009, p. 99, adaptado).

### A realização estratégica do objeto direto anafórico na fala dos soteropolitanos em cada grupo de escolaridade

A análise dos dados levantados no *corpus* de nível superior revelou a seguinte distribuição das estratégias de retorno anafórico do pronome acusativo. De um total de 584 ocorrências, o clítico ocorreu apenas 10 vezes nesse nível de escolaridade, o pronome lexical foi empregado 25 vezes e houve 178 empregos do sintagma nominal anafórico. Por sua vez, o objeto nulo está presente em grande número das ocorrências analisadas, chegando a alcançar 371 ocorrências, conforme pode ser visto na Tabela 01 e Gráfico 01. O que se pode observar é que, apesar de o ensino formal, ancorado na tradição gramatical, priorizar a forma padrão – o uso do clítico, os informantes escolarizados priorizam outras estratégias, sendo o clítico pouco adequado para a fala natural e para a conversação espontânea. Os falantes cultos também parecem rejeitar o uso do pronome lexical; talvez por sofrer um forte estigma social, é evitado, há maior preferência pela estratégia de apagamento do objeto e pelo sintagma nominal anafórico, que demonstram não ser marcados socialmente.

No que diz respeito aos informantes soteropolitanos com ensino médio, verifica-se o seguinte: o uso do clítico corresponde a 05 ocorrências. O pronome lexical equivale a 91 ocorrências. O uso do sintagma nominal anafórico ocorre 101 vezes. No tocante ao objeto nulo, nota-se o emprego 443 vezes, apontando, assim, um uso bem robusto, superando, também nesse nível de escolaridade, as demais variantes.

Com os informantes do PEPP que possuem escolaridade fundamental, percebe-se que o uso do clítico é pequeno (como nas demais escolaridades, pois ocorreu apenas 06 vezes). Por outro lado, o objeto nulo obteve acentuado uso nos dados levantados desses informantes (404 vezes). Por seu turno, o pronome lexical abarca 214 usos nos dados levantados, enquanto o sintagma nominal anafórico ocorre 154 vezes.

## Visão geral das variantes: comparação entre os grupos de escolaridade

Observa-se na Tabela 01 e no Gráfico 01 que o clítico é a variante menos utilizada em todos os níveis de escolaridade, com percentual máximo de 2% entre os mais escolarizados e insignificante diferença de 1% entre esses e os demais, de média e menor escolarização. Por outro lado, é significativo o uso do pronome lexical (28%) pelos informantes de menor escolaridade, com apenas o ensino fundamental, perfazendo 214 ocorrências. No entanto, observa-se que tal estratégia passa a ser evitada com o aumento da escolaridade: de 28%, no ensino fundamental, passa para 14%, no ensino médio e para 4% no ensino superior. Costuma-se esperar que os indivíduos mais escolarizados façam pouco uso das formas marcadas socialmente, nesta pesquisa houve 25 ocorrências com pronome lexical entre os entrevistados com essa escolaridade. É nesse grupo de 3º grau completo, porém, que ocorre um maior uso do clítico acusativo, embora inexpressivo, de 2%. O resultado aqui encontrado com relação ao clítico, talvez, confirme a tese de que o clítico acusativo de terceira pessoa é um esforço do processo de escolarização, mas que não resulta em mudança significativa nos escolarizados.

Percebe-se, ainda, que do ensino fundamental para o ensino superior completo a utilização do SN anafórico aumenta, pois passa de 20% para 30% de uso, indicando que os falantes, no decorrer de seu percurso escolar, adquirem um vocabulário mais extenso, evitando, assim, formas estigmatizadas e implementam estratégias de esquivas não marginalizadas socialmente. No tocante ao objeto nulo, pode-se observar, de acordo com a Tabela 01 e o Gráfico 01 em análise, que o licenciamento dessa variante é bastante significativo, robusto e vigoroso nos níveis de escolaridade estudados, em especial no nível médio (69%).

Os resultados aqui encontrados estão em consonância com os de Duarte (1989), que identifica um processo de mudança linguística em curso relativo à realização do objeto direto anafórico, com a substituição do clítico acusativo de 3ª pessoa (*o/a/os/as*) pela categoria vazia, ou seja, o objeto nulo e, em menor escala, pelo pronome lexical na forma nominativa (*ele/s*, *ela/s*) e pelo SN anafórico. Na pesquisa de Duarte, de um total de 1.974 ocorrências, o clítico só representa 4,9% dos dados paulistanos.

Na fala de Salvador, constata-se que o emprego do clítico é muito baixo, independente da escolaridade do falante. Vale registrar que o favorecimento do objeto nulo é unânime em todos os grupos analisados.

Diante da constatação de que o objeto nulo e o pronome lexical são estratégias mais utilizadas do que o clítico acusativo, este artigo faz na subseção 2.3 uma análise de regras variáveis tomando o objeto nulo como valor de aplicação em oposição ao pronome lexical.

## Análise de regras variáveis

A análise de regras variáveis que considera o objeto nulo como valor de aplicação (*versus* pronome lexical) relacionou os dados dessas duas variantes em relação à *escolaridade do informante*. É necessário registrar que esse grupo de fator condicionante foi eleito na realização estratégica das variantes não-padrão que se diferenciam em função do estigma. A Tabela 02 e o Gráfico 02 apresentam os resultados a que se chegou após

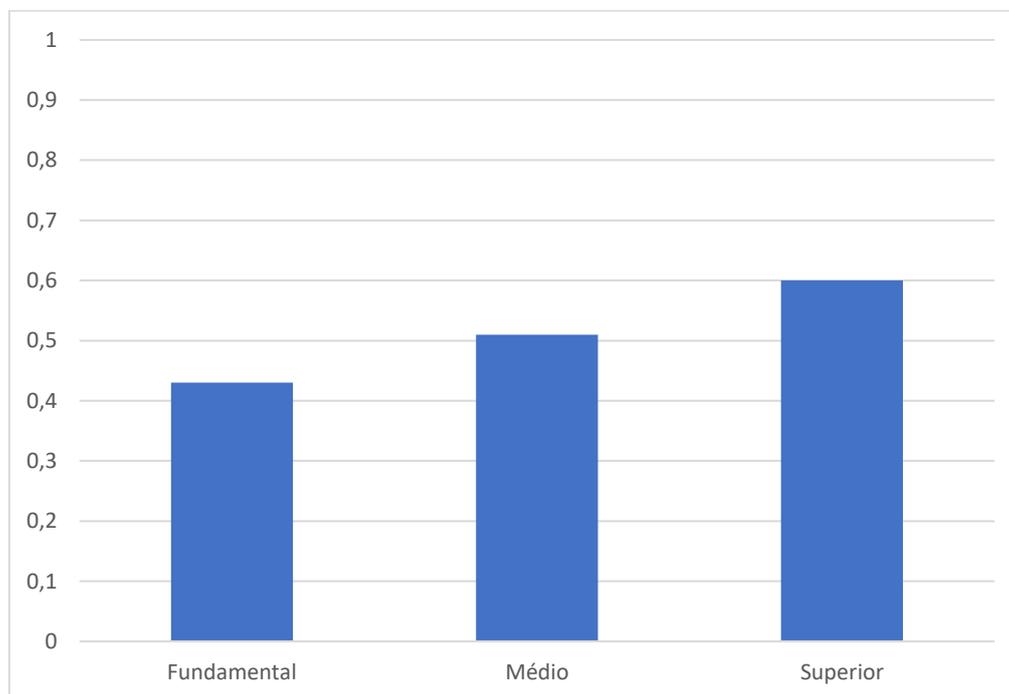
análise utilizando o GoldVarbX, programa estatístico usado na análise dos dados.

**Tabela 2:** Condicionamento da escolaridade do informante na escolha da variante OBJETO NULO em oposição ao pronome lexical na retomada anafórica do objeto direto de terceira pessoa.

Escolaridade	Dados/Frequência	Peso Relativo <sup>5</sup>
Fundamental	404/618 65%	.43
Médio	443/534 83%	.51
Superior	371/396 94%	.60

Fonte: Luz (2009, p. 132, adaptado).

**Gráfico 2:** Condicionamento da escolaridade do informante na escolha da variante OBJETO NULO em oposição ao pronome lexical na retomada anafórica do objeto direto de terceira pessoa



Fonte: Luz (2009, p. 132, adaptado).

<sup>5</sup> O peso relativo é utilizado, nas pesquisas sociolinguísticas, como frequência corrigida, em que se considera a relação entre os fatores dessa variável e as outras variáveis controladas.

 <https://doi.org/10.51951/ti.v12i26.p74-86>

Travessias Interativas / São Cristóvão (SE), n. 26 (vol. 12), p. 74-86.

O fator “ensino superior” favoreceu o uso da variante objeto nulo (.60). O fator “ensino fundamental” desfavoreceu essa variante (.43) e o fator “ensino médio” ficou no ponto neutro, com o peso relativo de (.51) para a ocorrência do objeto nulo, conforme a Tabela 02 e o Gráfico 02. Pode-se inferir que o fator “ensino superior”, isto é, o grupo dos informantes com mais alto grau escolar não favorece o uso da variante não padrão estigmatizada socialmente, o pronome lexical, e favorece o uso da variante não-padrão que não possui, como se pode concluir, qualquer estigma social, o objeto nulo.

Segundo Duarte (1989), a escola é um instrumento que municia o indivíduo com habilidade de usar o clítico; porém, mesmo habilitado a usá-lo, o indivíduo procura formas de substituí-lo e isto fica evidenciado através de um teste de percepção da variável adotado pela pesquisadora que aponta as reações desfavoráveis à presença do clítico e que foram manifestadas com exclamações como: Ai, que rebuscamento! Pedante! Chique! Certo demais! Isto é, postula que usar o clítico em situações informais é uma atitude tão estigmatizada quanto usar o pronome lexical em situações formais, e, além disso, atesta que a categoria vazia está implementada no sistema linguístico e isso diferencia o português do Brasil das demais línguas românicas.

Na visão de Malvar (1992), a variante clítico acusativo é praticamente inexistente na fala dos informantes selecionados. No português brasileiro, seu emprego parece manter-se apenas na escrita e nos ensinamentos escolares. Já a variante pronome lexical comporta-se socialmente como uma variante estigmatizada, visto que essa afirmativa pode ser validada devido ao seu desfavorecimento pelos informantes mais escolarizados. Uma outra asserção assinalada por Malvar (1992) é o fato de que as três variantes, o SN pleno, o pronome lexical e a categoria vazia, encontram-se bem estabilizadas na língua portuguesa.

## Considerações finais

Após a análise dos dados do objeto direto de terceira pessoa na fala dos informantes soteropolitanos investigados, constata-se o emprego das quatro estratégias alternativas de retorno anafórico do objeto direto: o clítico, o pronome lexical, o sintagma nominal anafórico e o objeto nulo. Entretanto, percebe-se, a partir da análise feita, que, nos três níveis de escolaridade examinados, existe uma nítida preferência pelo uso do objeto nulo, que não é marcado socialmente, e um quase desuso do clítico acusativo tão ovacionado pelos normativistas; daí chega-se à constatação de que o processo de escolarização não consegue alavancar o uso do clítico.

A partir dos inquéritos do NURC, isto é, daqueles que têm o curso superior completo, além da percepção da preferência pelo objeto nulo, documenta-se uma queda bastante significativa, de uso do pronome lexical, variante desprezada pelos normativistas e o aumento do uso do SN anafórico, que não é estigmatizado socialmente. Em contrapartida, a partir dos inquéritos do PEPP, percebe-se um aumento significativo do uso do pronome lexical pelos falantes que possuem o ensino fundamental, ou seja, de um lado tem-se os informantes menos escolarizados fazendo no dia a dia uso cada vez mais frequente do pronome lexical e, de outro lado, os informantes mais escolarizados, utilizando a opção que não é estigmatizada, o SN

anafórico. Então, pode-se inferir que, na fala de Salvador, os clíticos acusativos de terceira pessoa parecem estar em processo de desaparecimento na fala menos formal. Contudo, mesmo com essa inferência, só após um estudo da mudança em tempo real para se comprovar a mudança prevista, que pode acontecer ou não.

## Referências

ALKMIM, Tânia. Sociolinguística. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Ana Cristina. (Orgs.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. V.1, p.21-47.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2002.

CHAGAS, Paulo. In: Fiorin, José Luiz (org). *Introdução à linguística: I objetos teóricos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003, p.141-163.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: TARALLO, Fernando. (Org.) *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: UNICAMP/Pontes, 1989. p.19-33.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LOPES, Norma da Silva; SOUZA, Constância Maria Borges; SOUZA Emília Helena Portella Monteiro. *Um estudo da fala popular de Salvador – PEPP*. Salvador: Quarteto, 2009

LUZ, Cláudia Norete Novais. *Velejando sobre as águas da retomada anafórica do objeto direto: um cruzeiro na fala em Salvador*. Dissertação (Mestrado em Estudo da Linguagem). Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009.

MALVAR, Elisabete da Silva. *A realização do objeto direto de terceira pessoa em cadeia anafórica no português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UNB, 1992.

MOTA, Jacyra & ROLLEMBERG, Vera (org.). *A língua falada culta na cidade de Salvador: materiais para seu estudo*. Salvador: Instituto de Letras/UFBa, 1994.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira; PAIVA, Maria da Conceição Auxiliadora. Visão de conjunto das variáveis sociais. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira; SCHERRE, Maria Marta Pereira (org.). *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*, 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: Departamento de Linguística e Filologia, UFRJ, 1998, p.337-378.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986.

VOTRE, Sebastião Josué. Relevância da variável escolaridade. In. MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (org.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 51-57.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da Mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. 2. ed. São Paulo, Parábola, 2009.